

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.432 - MS (2019/0303311-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO E OUTROS
ADVOGADOS : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO - DF025120
IGOR SUASSUNA LACERDA DE VASCONCELOS - DF047398
LUIZA BRAGA CORDEIRO DE MIRANDA - DF056646
JOSÉ VALERIANO DE SOUZA FONTOURA - MS006277A
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : EDSON GIROTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDSON GIROTO, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (HC n.º 5015065-61.2019.4.03.0000).

Consta dos autos que, em 29/04/2016, foi decretada a prisão temporária do Paciente, investigado na Operação Lama Asfáltica, pelo prazo de cinco dias. Em 13/05/2016, foi decretada a prisão preventiva do Paciente e de outros investigados (fls. 173-235).

O Supremo Tribunal Federal, no dia 20/06/2016, concedeu liminar a um dos investigados nos autos do HC n.º 135.027/MS, estendendo os efeitos da decisão ao Paciente, que recebeu liberdade provisória. Contudo, em 06/03/2018, o Pretório Excelso denegou a ordem de *habeas corpus*, sendo determinada a expedição de novo mandado de prisão preventiva contra o Paciente.

O Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, no dia 19/03/2018, concedeu *habeas corpus* ao Paciente, sendo revogada a sua custódia cautelar.

Contudo, no âmbito da Reclamação n.º 30.313/MS, o Supremo Tribunal Federal cassou a decisão da Corte Federal e determinou a imediata expedição de mandado de prisão preventiva em desfavor do Paciente e de outros seis investigados, o que foi cumprido pelo Juízo de primeiro grau, em 04/05/2018.

Ao que se tem, os mandados de prisão foram cumpridos em 08/05/2018.

A Defesa, então, impetrou sucessivos *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, impugnando a custódia cautelar. No ora impugnado, aduziu a existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução processual das ações criminais na primeira instância.

Superior Tribunal de Justiça

O *habeas corpus* foi parcialmente concedido pela Corte Federal *a quo*, que reconheceu excesso de prazo em três ações penais, contudo, manteve a prisão preventiva em duas outras, porque já na fase de alegações finais. O acórdão foi assim ementado (fl. 20):

"HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO LAMA ASFÁLTICA. REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CONFIGURAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. O excesso de prazo é circunstância superveniente à prisão determinada pelo STF na Reclamação 30.313, de maneira que o conhecimento do presente Habeas Corpus pela 5ª Turma não configura ofensa à decisão superior.

2. De acordo com o que consta dos autos, o paciente foi denunciado nos autos de nº 0008107-60.2017.4.03.6000, pela suposta prática do delito do artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/1998, c/c artigo 29, do Código Penal.

3. O paciente responde, ainda, às ações penais 0007458-32.2016.4.03.6000, 0008284-24.2017.4.03.6000, 0008855-92.2017.4.03.6000, também referentes à Operação Lama Asfáltica.

4. Em alguns dos feitos indicados resta configurado o alegado excesso de prazo. Apesar de já durar mais de 1 (um) ano a prisão efetivada em desfavor do paciente, tais ações penais ainda não concluíram a instrução processual, demora que se afigura injustificada.

5. As ações em que figuram réus presos devem ter prioridade de tramitação. A grandiosidade da operação em referência não pode sempre servir para justificar a demora do andamento dos processos.

6. Ordem concedida para reconhecer o excesso de prazo em relação ao processo de nº 0008107- 60.2017.4.03.6000, e, de ofício, resta reconhecido também o excesso de prazo quanto aos processos de nº 0008284-24.2017.4.03.6000 e 0008855-92.2017.4.03.6000."

Ressaltou o julgado que "não deve ser reconhecido o excesso de prazo quanto aos feitos de nº 0007457-47.2016.4.03.6000 e de nº 0007458-32.2016.4.03.6000, mantendo-se a prisão preventiva em tais autos, nos termos do relatório e voto" (fl. 20).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual o Impetrante alega que o "Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou a prisão preventiva imposta aos corréus Wilson Roberto Mariano de Oliveira e Mariane Mariano de Oliveira Dornellas nos autos da ação penal nº 0007458-32.2016.403.6000" (fl. 5), também por excesso de prazo na formação da culpa, estando o Paciente em idêntica situação processual.

Aduz que (fl. 7):

"Nesse contexto, o paciente foi duplamente prejudicado: a)

Superior Tribunal de Justiça

primeiro, porque a sua prisão foi indevidamente postergada por pelo menos 4 (quatro) meses, até que o TRF apreciasse o excesso de prazo no bojo do HC nº 5015065-61.2019.4.03.0000; e b) segundo, porque o seu pedido de extensão só foi apreciado quando já havia sido encerrada a instrução processual da ação penal, de modo que sua prisão preventiva acabou sendo mantida com base no óbice da súmula 52/STJ."

Além disso, sustenta que o pedido de extensão deveria ter sido analisado à luz do contexto fático vigente na época em que foi julgado o writ que concedeu a ordem aos corréus, quando a instrução processual se mostrava ainda incipiente.

Por fim, assevera que houve completa alteração do contexto fático, sem que persistam os requisitos da prisão preventiva, imposta há mais de 3 (três) anos, pois hoje, todos os corréus da 2ª fase da Operação Lama Asfáltica, já estão em liberdade, restando apenas o Paciente em segregação cautelar, há mais de 1 (um) e 4 (quatro) meses, em regime fechado, por fatos delituosos ocorridos há mais de 5 (cinco) anos.

Busca, liminarmente, a revogação da *"prisão preventiva imposta ao paciente nos autos da ação penal nº 0007458-32.2016.403.6000, em razão de sua desnecessidade no atual cenário fático e do flagrante excesso de prazo da medida"* (fl. 13).

No mérito, requer *"a concessão da ordem de habeas corpus para que seja restabelecida, em definitivo, a liberdade do Paciente, salvo se por outro motivo não estiver preso"* (fl. 14).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores para o acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração, em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora, os quais não se evidenciam estremes de dúvidas.

Quanto ao *fumus boni iuris*, o julgado recorrido, em juízo de cognição sumária, está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que encontrando-se o feito na fase de alegações finais, fica superado o eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo. Incidência da Súmula n.º 52 desta Corte.

No que diz respeito ao *periculum in mora*, sabe-se das sucessivas

Superior Tribunal de Justiça

impetrações em favor do Paciente nesta Corte Superior que, em 14/03/2019, ele foi condenado à pena de 9 (nove) anos, 10 (dez) meses e 3 (três) dias de reclusão, e 243 (duzentos e quarenta e três) dias multa, pela prática do delito previsto no artigo 1º, *caput*, da Lei 9.613/98, nos autos da Ação Penal n.º 0007457-47.2016.4.03.6000.

Na mencionada ação criminal foi indeferido ao Paciente o apelo em liberdade diante da importância da sua participação no crime de lavagem de dinheiro, com expressa referência às decisões do Pretório Excelso que reconheceram a necessidade da prisão preventiva diante da gravidade do crime, ao fato de o Condenado se tratar de um dos líderes máximos do grupo criminoso e de responder a outras cinco ações penais no contexto da operação Lama Asfáltica.

Portanto, ainda que reconhecida a procedência das alegações, o reconhecimento de excesso de prazo na Ação Penal n.º 0007458-32.2016.4.03.6000 não trará nenhuma consequência prática imediata, pois permanecerá o Paciente preso em virtude de sua condenação no Processo Penal n.º 0007457-47.2016.4.03.6000.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau sobre a situação prisional do Paciente e o andamento do feito, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora